

CIÊNCIA E QUESTÕES DE GÊNERO

Patrícia Ketzer¹

RESUMO: A Epistemologia Feminista caracteriza-se por considerar como questões de gênero influenciam nossas concepções de conhecimento, nossas pesquisas e produções científicas. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o desenvolvimento das pesquisas em Epistemologia Feminista e suas problemáticas. A pesquisa justifica-se na medida que a Epistemologia Feminista tem levantado questões relativas a preconceitos de gênero no interior da produção científica nas mais diversas áreas do conhecimento. A temática tem sido abordada desde os anos 1980, propondo modificações metodológicas e revisando abordagens conceituais a partir das quais se produz o conhecimento científico. Desse modo, faz-se necessário avaliar como essas análises têm repercutido na produção acadêmica. O trabalho está dividido em duas partes, sendo que na primeira apresentaremos o conceito de Epistemologia, reconstruindo o caminho através do qual se fez necessária uma abordagem feminista da mesma, enquanto disciplina filosófica. Na segunda parte, abordaremos como a Epistemologia Feminista questionou as narrativas científicas e possibilitou uma revisão das metodologias e práticas de pesquisa, tanto nas Ciências Naturais, quanto nas Ciências Sociais.

Palavras-chave: Epistemologia Feminista. Feminismo. Produção Científica. Pesquisa Acadêmica. Metodologias.

Introdução

A Epistemologia é a área da Filosofia que se ocupa de estudar o conhecimento (*episteme*, do grego, conhecimento, *logos*, estudo). Também denominada Teoria do Conhecimento, ela é uma área central para qualquer campo do conhecimento que busque fundamentar seus métodos e justificá-los. A Epistemologia ocupa-se de responder questões como: o que é conhecimento? Quais as suas fontes? Quais os tipos de conhecimento existentes? Como podemos justificar o que conhecemos?

As perspectivas tradicionais em Epistemologia caracterizavam-se por serem individualistas; o foco do conhecimento era centrado no sujeito. Com o advento da Modernidade, a ruptura com a escolástica e as concepções de saber adquirido, a ruptura com o respeito a uma autoridade imposta e hierarquizada e a passagem a uma valorização do homem, do humano em detrimento do sagrado, coloca o indivíduo como central na busca de conhecimento (MARCONDES, 2007). Substituindo-se a concepção de autoridade pela autonomia individual, valorizando-se o indivíduo como ser autônomo. O ideário moderno é composto por uma crescente valorização da razão humana, passa-se a valorizar a luz e a clareza, em oposição ao obscurantismo do medievo (denominado ‘a idade das trevas’), e busca-se o progresso, que é visto como tarefa da Filosofia.

Descartes, considerado o fundador da forma moderna de Epistemologia, e o filósofo que inaugura de forma mais acabada o pensamento moderno (Cf. MARCONDES, 2007), buscava um fundamento seguro para o conhecimento. Para encontrá-lo, empreende a dúvida metódica,

¹ Doutora, mestre e licenciada em Filosofia. Professora da Área de Ética e Conhecimento e do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo.

com o objetivo de livrar-se de qualquer crença ou conhecimento que não seja confiável. Assim, coloca em dúvida todas as coisas, para reconstruí-las a partir de certezas indubitáveis, que seriam terreno firme para o edifício do conhecimento. Com a dúvida hiperbólica, questiona inclusive a realidade do mundo externo e de outras mentes, mas percebe que duvida, e, se duvida, pensa, e, se pensa, existe.

O sujeito pensante foi a primeira certeza estabelecida por René Descartes (1973), em suas *Meditações Metafísicas*, adotado como algo distinto e indubitável, tornando-se o ponto de referência e discernimento, fundamento de todas as outras certezas. O sujeito cartesiano é considerado a fonte de todo conhecimento, inclusive da racionalidade, que possibilita a autonomia e a ruptura com autoridades e saberes estabelecidos.

O conhecimento buscado por Descartes deveria ser livre de influências externas, o *cogito* cartesiano (esse sujeito que pensa logo existe), garante a certeza dentro de si mesmo, distinto da Igreja (tão influente na época) e do Estado. A fonte da autoridade é encontrada na razão, uma “razão purificada e descorporificada” (LONGINO, 2012, p. 514). O corpo é considerado por Descartes como fonte de erro, pois os sentidos já o enganaram uma vez e podem enganá-lo novamente.

É um sujeito descorporificado que pode realizar atos de pura razão. É um eu descorporificado que é “base da razão e da vontade, da cognição e da ação, enquanto o corpo repudiado se torna mero mecanismo” (LONGINO, 2012, p. 514). Longino destaca que os posteriores problemas da filosofia são oriundos, justamente, dessa separação entre o sujeito e seu corpo.

Essa perspectiva individualista altera-se apenas a partir dos anos 70. Passa-se a considerar a importância de conceber o conhecimento como socialmente situado. O conhecimento passa, então, a ser concebido como um empreendimento coletivo, no qual os seres humanos trabalham juntos em prol de um objetivo comum, o de obter crenças verdadeiras. Quando se considera as práticas sociais nos processos de formação e aquisição de conhecimento, considera-se a interação entre os sujeitos no mundo.

O sujeito epistêmico deixa de ser concebido como uma mônada fechada em si, e passa a ser visto em convívio com outros seres humanos, estabelecendo relações. Do mesmo modo, o conhecimento passa a ser visto como um empreendimento coletivo, em que seres humanos trabalham juntos com o intuito comum de adquirir crenças verdadeiras. A essas considerações nomeou-se Epistemologia Social. A Epistemologia Social surgiu como um ramo da

Epistemologia Tradicional, que considera as dimensões sociais do conhecimento, perdendo, assim, a característica individualista.

A Epistemologia Feminista surge como um campo de pesquisa da Epistemologia Social, que está preocupada em investigar o papel do gênero nas diversas atividades epistêmicas. Considera que há preconceito de gênero infiltrado nas mais variadas áreas do conhecimento humano. Esses preconceitos de gênero são expressos em “determinadas afirmações e facilitado[s] pelos princípios disciplinares básicos. A experiência das mulheres torna-se invisível ou distorcida, assim como as relações de gênero” (LONGINO, 2012, p. 506). Um dos papéis da Epistemologia Feminista seria elucidar esses preconceitos e questioná-los.

Dentre os questionamentos apresentados pelas teóricas feministas, emerge uma crítica ao sujeito cartesiano como um sujeito descorporificado. Esse sujeito purificado, que nega o corpo, seria, na verdade, um sujeito europeu e branco, que, ao libertar-se do corpo, na verdade liberta-se *dos outros* (o feminino, o não-branco) (Cf. SCHEMAN, 1993). As feministas reivindicam o corpo, pois assumem que o conhecimento é possível ao sujeito corporificado, e que “as vítimas da dúvida cartesiana não só compreendem de forma distorcida as condições de ação cognitiva significativa como também não percebem os aspectos significantes da experiência cognitiva, do saber” (LONGINO, 2012, p. 515).

A Filosofia Feminista percebe a necessidade de realizar um escrutínio da Epistemologia. Após terem constatado lacunas na Ética, na Filosofia Social e Política, as filósofas feministas se voltam para a Epistemologia. Uma análise das Ciências Físicas e das Ciências da Vida também trouxe preocupações para feministas, visto que machos estavam sendo representados como dominantes e possuidores de características sociais superiores. Exemplo disto é o trabalho de Donna Haraway, *Primate Visions* (1989), no qual ela explicita as narrativas predominantes no campo da Primatologia e demonstra uma tendência de masculinização das histórias sobre a competência reprodutiva de machos agressivos e fêmeas passivas. O que não podemos deixar de questionar diante desses resultados é se, afinal de contas, metodologias científicas aceitáveis geraram esse tipo de resultado, ou se esses são resultados impregnados de preconceitos sociais e políticos (LONGINO, 2012). Essa e outras questões são inevitáveis para uma epistemologia que se pretenda feminista.

As mulheres não foram somente ridicularizadas no decorrer da história da Filosofia, tendo sua capacidade intelectual menosprezada, mas também os conceitos epistemológicos foram construídos a partir de estereótipos de masculinidade, como o conceito de razão e de objetividade (Cf. LLOYD, G., 1984, 1995; LLOYD, E., 1995; ROONEY, 1991). Conceitos

esses que servem a uma dupla função: epistemológica e política (LONGINO, 2012, p.511). Esses conceitos influenciam diretamente todo o ideal de cientificidade, que é pautado em cima de ambos.

Conceitos centrais que pautaram as discussões sobre o conhecimento e a ciência foram construídos com base em estereótipos de gênero. A Epistemologia Feminista questiona esses conceitos e se pergunta se uma revisão conceitual bloquearia movimentos sexistas na produção do conhecimento. Algumas das questões levantadas por epistemólogas feministas são: “como o conhecimento adquiriu gênero e como pode ser desprovido de gênero? Como devem os conceitos de verdade, racionalidade, objetividade, certeza, etc. ser repensados de modo a livrá-los da mácula do masculinismo?” (LONGINO, 2012, p. 513). Quais problemas decorrem do privilegiamento de um sujeito universal masculino? Existiria uma maneira radicalmente diferente da masculina de produzir ciência? Seria interessante salientar diferenças entre os sexos dotando-as de uma força explicativa universal? (Cf. Margareth RAGO, 1998).

Uma Epistemologia Feminista torna-se imprescindível visto que sempre se afirmou que as mulheres possuíam capacidades cognitivas menores² que as dos homens, e isso passa pela questão de como conhecemos, uma das questões centrais da Epistemologia. Ainda, os modos de teorização nas ciências comportamentais e sociais tornaram as mulheres invisíveis enquanto agentes sociais e cognitivas (LONGINO, 2012), levando a uma subordinação que precisa ser questionada.

É importante destacar que não existe uma Epistemologia Feminista apenas, mas muitas ideias e argumentos, que possuem em comum somente o empenho com a problematização acerca de questões de gênero inerentes ao fazer científico e à própria forma de pensar o conhecimento e a ciência.

1. A crítica da Epistemologia Feminista nas Ciências

²Simone de Beauvoir explora a questão em *O Segundo Sexo*, explicitando como as mulheres foram consideradas seres inferiores no decorrer da história da humanidade: “A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades’ diz Aristóteles. ‘Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural’. E São Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um ‘homem incompleto’, um ser ‘ocasional’. É o que simboliza a história do *Gênese*, em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um ‘osso supranumérico’ de Adão. A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. ‘A mulher, o ser relativo...’, diz Michelet. E é por isso que Brenda afirma em *Rapport d’Uriel*: ‘O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem’. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto, ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 12-13).

1.1. Ciências da Vida

Nas Ciências, a crítica feminista tem repercutido mais nas Ciências da Vida. Publicações como *A Cyborg Manifesto: Science, Technology, Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century* (1985) e *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective* (1988), de Donna Haraway, tiveram grande impacto ao explicitar o preconceito de gênero inerente às pesquisas de primatas e da biologia humana. Em *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science* (1990), Haraway explicita a masculinização presente na forma de retratar a competência reprodutiva e o sexo entre os primatas, o que, segundo ela, facilita alguns tipos de conclusão e exclui outros. Em contrapartida, observa que pesquisadoras mulheres realizam observações mais amplas, que requerem mais atividades de comunicação e sobrevivência básica, não se limitando a relação sexual entre primatas, o macho agressivo e a fêmea receptiva. Assim, oferecem perspectivas da origem da natureza e da cultura muito diferentes das atualmente aceitas. Recorrendo a esses exemplos, a autora questiona as construções mais fundamentais da história da natureza humana baseada nos primatas.

Em *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective* (1988)³, Haraway oferece uma intervenção feminista às tradições masculinistas presentes nas narrativas científicas e no conceito de objetividade. A autora identifica uma polarização na crítica feminista tradicional, que se caracteriza, por um lado, pelos defensores da posição segundo a qual a ciência não é mais que prática retórica e, por isso, “a ciência é um texto contestável e um campo de poder” (HARAWAY, 1995, p.11), e, por outro pelos defensores de uma versão feminista da objetividade.

Obras como a de Haraway contribuíram para o debate sobre gênero no interior do fazer científico nas Ciências da Vida. E, apesar de terem levantado críticas, contribuíram para exposição de metáforas de gênero na análise dos processos naturais e da natureza do conhecimento científico; e, assim, possibilitaram a formação de uma pauta para epistemólogas feministas. Além de Donna Haraway, podemos citar ainda Ruth Bleier, *Science and Gender* (1985), Anna Fausto-Sterling e Ruth Hubbard (Cf. LONGINO, 2012, P. 507).

Evelyn Fox Keller, em seu artigo *Qual o impacto do feminismo na ciência?* (2006), também destaca um estudo de fundamental importância para o debate de gênero nas Ciências

³Traduzido no Brasil como: *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Tradução de Mariza Corrêa, publicado em *Cadernos Pagu*, n.5, 1995, p. 07-41.

da Vida. Trata-se do trabalho sobre fertilização desenvolvido pelo *Gender and Biology Study Group* (1989). Até o desenvolvimento desse trabalho, vigorava a concepção do espermatozoide ativo e auto-impelido que penetrava o óvulo e entregava os genes, ativando o programa de desenvolvimento. Vale ressaltar que a questão mais importante está para além da descrição sexista de fertilização implicada aqui, na qual o óvulo não possui nenhum papel ativo; o que impressiona, realmente, é o fato de que todas as pesquisas técnicas desenvolvidas reforçaram essa concepção, que foi inquestionada até bem recentemente. Keller (2006, p.18) afirma que:

Só recentemente esse quadro mudou, e com essa mudança também mudou nosso entendimento técnico da dinâmica molecular da fertilização [...] De fato, as mais recentes pesquisas sobre o tema enfatizam rotineiramente a atividade do óvulo na produção de proteínas ou moléculas necessárias à aderência e penetração.

Já em 1949, Beauvoir aborda a questão da fertilização, desconstruindo a concepção do espermatozoide como ativo e do óvulo como passivo. Beauvoir (2016 [1949], p. 41) afirma:

Em sua união os dois gametas superam-se e perpetuam-se ao mesmo tempo, mas o óvulo, em sua estrutura, antecipa as necessidades futuras. É constituído de maneira a nutrir a vida que despertará nele. Ao contrário, o espermatozoide não está absolutamente equipado para assegurar o desenvolvimento do germe que suscita. Em compensação, o óvulo é incapaz de provocar a mudança que suscitará uma nova explosão de vida; ao passo que o espermatozoide se desloca. Sem a providência ovária, sua ação seria vã; mas sem sua iniciativa; o óvulo não cumpriria suas possibilidades ativas. Logo, concluímos que fundamentalmente, o papel dos dois gametas é idêntico: criam juntos um ser vivo em que ambos se perdem e se superam. Mas nos fenômenos secundários e superficiais que condicionam a fecundação, é pelo elemento masculino que se opera a variação de situação necessária ao novo desabrochar da vida, e é pelo elemento feminino que esse desabrochar se fixa em um organismo estável.

Apesar dessa análise, de 1949, apenas em meados dos anos 70 a Biologia passa a considerar o papel ativo do óvulo. E dessa forma de conceber a fertilização, na qual o elemento feminino seria apenas passivo, são oriundas muitas das justificativas para a inferioridade da mulher. Beauvoir (2016 [1949]) destaca Alfred Fouillée, que definia toda mulher a partir do óvulo, e os homens a partir do espermatozoide, derivando disso que o lugar da mulher é no lar. A Biologia Moderna estava ainda calcada em princípios medievais, e não podemos ignorar a função política que essas explicações biologicistas desempenharam no decorrer da história. Ruth Berman (1997, p. 248) destaca que:

[...] quando a ciência de uma sociedade é reconhecida como expressão da sua ideologia, o repetido ressurgimento em nossa mídia de hipóteses biológicas deterministas [...] não constitui mais um fenômeno misterioso ou aberrante. Representa a maneira de pensar necessária à preservação de uma sociedade baseada na hegemonia de uma elite.

Nota-se que o modelo masculinista a partir do qual a ciência foi desenvolvida tem um papel político central, na medida em que reforça as relações de dominação a que as mulheres são submetidas. Karen Mary Giffin (2006) destaca que as teorias atuais da microbiologia e da sociobiologia sustentam uma concepção binária⁴ dos genes e do meio ambiente, apresentando os genes como determinantes do comportamento e das patologias humanas. Concepções essas que responsabilizam os indivíduos pelas desigualdades sociais, negando assim a necessidade de transformação da sociedade em que vivemos.

1.2 Ciências Sociais

Também nas Ciências Sociais houve uma reavaliação de conceitos epistemológicos por parte de pesquisadoras feministas. Dorothy Smith, por exemplo, em sua obra *The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology* (1987), problematiza as diferentes percepções de mundo de homens e mulheres, ao considerar que homens experimentam um mundo já manipulado, enquanto as mulheres precisam processar a matéria-prima do mundo.

Em seu trabalho, Smith (1987) explicita o processo de exclusão pelo qual passa o trabalho das mulheres em domínios do conhecimento formal, que são socialmente legitimados, como a Universidade. O espaço delegado à mulher sempre foi o lar; deste modo, conquistar o espaço público é sempre um desafio e uma luta diária. Qualquer mulher que ouse negar o espaço do lar como único espaço possível para si tende a enfrentar resistências. “O trabalho de Smith é uma intervenção na sociologia como disciplina acadêmica, como corpo de conhecimento com suas próprias formas de linguagem, metodologias e teorias” (LUXTON; FINDLAY, 1989, p. 184). Smith questiona a forma como o conhecimento sociológico é construído, quase que exclusivamente por homens, e propõe uma revisão metodológica que dê conta dessa exclusão das mulheres do *fazer sociológico*.

Smith (1987) busca desconstruir a sociologia norte-americana da década de 70, mostrando que a ideologia da elite intelectual masculina da época é apresentada como sendo a realidade da vida social. A partir disso, busca desenvolver uma sociologia que seja capaz de explicar aos membros da sociedade a organização social do seu mundo, não a ideologia que lhes é apresentada pelas elites, e, desse modo, desafiar a hegemonia masculina e capacitar as mulheres a atuarem em domínios do conhecimento formal. No entanto, existem muitas barreiras

⁴Ciência binária é aquela que aceita a caracterização de “homens e mulheres como seres essencialmente diferentes, com lugares diferenciados e poderes desiguais na sociedade” (GIFFIN, 2006, p. 636).

para esse projeto. Nossas realidades e práticas locais e as relações sociais que as organizam são explicadas a partir de ideologias institucionais que tornam invisíveis algumas coisas. Categorias e conceitos ideológicos substituem relações e práticas reais, processos de trabalho e organização, conhecimento prático e raciocínios de indivíduos reais (Cf. LUXTON; FINDLAY, 1989). E os discursos que prevalecem são aqueles que anulam as mulheres, colocando-as como meros agentes passivos, isso tudo no interesse de legitimar e garantir os interesses da classe dominante.

Para superar essas barreiras, Smith (1987) argumenta que as feministas devem perceber as práticas reais como “ponto de entrada” para o conhecimento de como nossas vidas são constituídas, ao invés de nos identificarmos e formularmos nossas questões a partir do discurso instituído. Deste modo, é necessário iniciar um processo que Smith chama de “etnografia institucional”. Esse processo inclui a análise dos procedimentos ideológicos utilizados para determinar a organização do trabalho, o mapeamento dos processos de trabalho reais dos indivíduos e a análise de como estes são articulados e determinados pelas relações econômicas.

O mérito de *The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology* não é apenas o fato de que ele explicita o trabalho cotidiano das mulheres, que é um trabalho historicamente invisibilizado, mas, acima de tudo, ele demonstra como o trabalho é organizado de forma a reproduzir diferenças de classe e de gênero. Smith (1987) expõe as relações de dominação e identifica como elas produzem diferenças entre as crianças e reproduzem estruturas de classe. Ainda, aponta como essas relações de dominação sustentam a divisão de trabalho entre mulheres e homens.

O trabalho das mulheres possibilita que os homens experienciem o mundo de modo diferente, pois eles recebem um mundo já manipulado. Roupas lavadas, refeições prontas, e, nas pesquisas, dados ordenados e estatísticas sumariadas. Já às mulheres, é legado o papel de processar a matéria prima do mundo: comida, roupas sujas e as entrevistas realizadas para coleta de dados de pesquisas, e torná-los adequados ao consumo (SMITH, 1987). Longino (2012, p.509) destaca que “essa noção de que existe uma diferença fundamental na experiência de homens e mulheres tem atormentado o pensamento feminista sobre o conhecimento”.

Nas Ciências Políticas, também se sentiu a necessidade de desenvolver uma epistemologia capaz de rejeitar teorias políticas que reforçassem a dominação masculina. Sociólogos e cientistas políticos consideraram o positivismo como uma perspectiva teórica que sustentava essas visões, ao defender uma visão de mundo pseudocientífica. Em decorrência disso, os primeiros trabalhos de Epistemologia Feminista foram pensados com o intuito, na

verdade, de propor visões alternativas de conhecimento e justificação dentro da Sociologia e da Ciência Política (LONGINO, 2012, p. 510).

Em Psicologia Educacional, Carol Gilligan critica a concepção de Lawrence Kohlberg sobre o desenvolvimento moral, na qual o mesmo afirma que o desenvolvimento moral dos homens é mais avançado que o das mulheres. Kohlberg propõe um dilema moral para uma série de crianças, dentre elas um menino (Jake) e uma menina (Amy), ambos de onze anos. Cada uma responde de uma maneira ao dilema, e Kohlberg considera que, com base nos seus seis estágios do desenvolvimento moral⁵, Jake, o menino, é moralmente mais evoluído. Gilligan questiona isso, afirmando que o fato de ambos pensarem de forma diferente não torna Amy menos desenvolvida. Na verdade, Amy responde de forma tipicamente feminina ao dilema, levando em conta o cuidado com o outro, a proteção, a empatia, a sensibilidade aos sentimentos dos outros. Gilligan critica Kohlberg por afirmar que o modo de pensar masculino é superior. O padrão de análise de Kohlberg é determinado a partir de amostras masculinas e descarta as respostas femininas divergentes (Cf. LONGINO, 2012).

Frente a isso, torna-se inevitável a reflexão acerca da produção do conhecimento. Nota-se como as formas de avaliação e atribuição de capacidades cognitivas foram desenvolvidas com base em padrões androcêntricos, assim como as descrições e explicações nas ciências naturais e os modos de teorização nas ciências comportamentais e sociais. Tudo isso tornou as mulheres invisíveis enquanto agentes sociais e cognitivos e justificou sua subordinação (Cf. LONGINO, 2012) demandando, deste modo, a urgência de uma epistemologia e de uma metodologia de pesquisa feministas.

Uma análise do fazer científico no decorrer da história nos permite constatar que as práticas de justificação, aquisição e atribuição do conhecimento colocam as mulheres em desvantagens sistemáticas. Podemos perceber que os conceitos definidores do que é ciência e, inclusive, metodologias utilizadas para o desenvolvimento de pesquisas científicas excluem as mulheres do processo, sendo excessivamente masculinistas. A partir disso, nota-se a necessidade de pensar, além de uma epistemologia feminista que questione e reformule os conceitos de racionalidade, objetividade, dentre outros, também uma metodologia feminista que evite resultados enviesados, como os apresentados nos estudos sobre fertilização, ou sobre os primatas em Biologia, e os apresentados por Kohlberg em Psicologia Educacional.

⁵O primeiro é o Estágio da Punição e Obediência, o segundo é Estágio dos Objetivos Individuais Instrumentais e da Troca, o terceiro é o Estágio das Expectativas Interpessoais, Relações e Conformidade Mútuas, o quarto é o Estágio do Sistema Social e da Manutenção da Consciência, o quinto é o Estágio dos Direitos Prévios e do Contrato Social ou Utilidade, e o sexto é o Estágio dos Princípios Éticos Universais (Cf. James RACHELS, 2004).

Segundo Khatidja Chantler e Diane Burns (2015), as metodologias feministas estão diretamente relacionadas às lutas feministas, mas não há uma metodologia especificamente feminista. A partir da segunda onda do feminismo, com a luta pela libertação das mulheres, é que se volta o olhar para as formas de produção do conhecimento⁶. Surge a constatação de que as mulheres estavam excluídas do processo de produção do conhecimento, e que o modo de produzir conhecimento as desconsiderava. As mulheres encontravam-se excluídas das pesquisas, e, quando não estavam completamente excluídas, sua inclusão apenas servia para reforçar desigualdades.

Pensar uma metodologia feminista é assumir que a pesquisa é política, que os critérios epistêmicos são fortemente influenciados por questões políticas. Uma metodologia feminista busca analisar as relações de poder que permeiam a produção do conhecimento, considerando a busca de justiça social para as mulheres como principal tema de investigação (Cf. CHANTLER; BURNS, 2015). Sandra Harding (1987) propõe a Teoria do Ponto de Vista, segundo a qual o fato de vivermos em uma sociedade excludente faz com que aquelas pessoas que são marginalizadas possuam um ponto de vista diferente dos demais, em função de suas experiências e lutas. Essas pessoas podem questionar os relatos dominantes a partir de suas perspectivas. Como foram historicamente silenciadas, devemos privilegiar suas vozes na produção do conhecimento. As mulheres, enquanto parte desses grupos, têm experiências específicas que foram ignoradas no processo de pesquisa e produção do conhecimento. Harding questiona também a concepção de conhecimento objetivo e universal, afirmando que o conhecimento é sempre parcial.

Com o início da terceira onda do feminismo, que nasce a partir dos questionamentos e lacunas da segunda onda, surgem outras formas de pensar metodologias feministas. Mulheres negras e lésbicas, principalmente, passam a sentir que o feminismo até então definia mulher de uma forma essencialista e tornava-se assim, outra forma de exclusão. O feminismo tinha até então representado quase que unicamente mulheres de classe média, brancas e heterossexuais. “O pós-estruturalismo (DAVIES & GANNON) utiliza ‘diferença’ e múltiplas vozes como postura epistemológica básica e forma um traço central dos feminismos de terceira onda” (CHANTLER; BURNS, 2015 p. 112). Há quatro características fundamentais no tipo de

⁶A primeira onda do feminismo lutava pelo direito ao voto, direito à propriedade e direito à educação, por tratarem-se de direitos básicos; a questão das metodologias de pesquisa não se tornou pauta nessa época. A segunda onda do feminismo exigia que as mulheres pudessem ocupar empregos em todas as áreas, lutava pela igualdade no ambiente de trabalho e pelos direitos reprodutivos. A terceira onda do feminismo visa a salientar as diferenças existentes entre as mulheres, desconstruindo definições essencialistas de feminilidade e ressaltando que as mulheres são de muitas cores, classes sociais, etnias, religiões, orientações sexuais, culturas. Trata-se de uma interpretação pós-estruturalista do gênero e da sexualidade (Cf. Chantler; Burns, 2015).

pesquisa que surge a partir do feminismo de terceira onda, são elas: a pesquisa feminista como indagação crítica, a pesquisa de “voz” fundamentada das experiências das mulheres, a reflexividade e a ética do cuidado.

A primeira, *pesquisa feminista como indagação crítica*, centra sua análise nas relações de poder e pensa diferentes realidades a partir de contextos sociais e políticos, adotando uma perspectiva realista, na qual ressaltam as desigualdades e divisões existentes na sociedade. A *pesquisa de voz* desempenha um papel central na metodologia feminista, mas retoma o problema apontado por Harding (1987): ao ouvir a voz de uma mulher, podemos estar silenciando outras; uma realidade é justificada, enquanto outras tantas são ignoradas. É importante questionar que vozes estão sendo ouvidas e quais estão sendo silenciadas. Também não se deve reduzir as experiências dessas mulheres a experiências individuais e vidas privadas. É necessário realizar uma análise e uma teorização sobre os relatos. “Um método conveniente é levar em consideração as práticas discursivas com ‘outras’ pessoas e situar ‘vozes’ dentro delas” (CHANTLER; BURNS, 2015, p. 113).

A *reflexividade* propõe o questionamento da pesquisa neutra, objetiva e livre de valores, e visa a um olhar sobre a subjetividade. Vale ressaltar que a reflexividade não deve ser encarada como expressão dos sentimentos e emoções do pesquisador, pois isso implica no risco de realizar uma pesquisa que tem como foco o próprio pesquisador, e não o tema de pesquisa ou a relação entre pesquisador e pesquisado. Outro ponto é que uma reflexividade focada somente no pesquisador negligencia as relações de poder características da relação entre o pesquisador e o pesquisado e os contextos institucionais e sociais. Por isso, a reflexividade deve “posicionar o pesquisador dentro de relacionamentos, visando a práticas de pesquisa mais igualitárias e à criação de um conhecimento que incorpore a compreensão das relações de poder [...]” (CHANTLER; BURNS, 2015, p. 114).

Uma *Ética do Cuidado* pensa as relações de forma não hierárquica e estimula a realização de pesquisas que valorizem as contribuições dos participantes da pesquisa. Essa valorização seria facilitada pelo fato de pesquisadora e pesquisadas serem mulheres e terem experiências de vida semelhantes. A semelhança amplia a dimensão da empatia e contribui para uma maior compreensão e análise dos relatos. A dificuldade de aplicação dessa metodologia é que as identidades estão cada vez mais fluídas e sempre em processo de modificação; por isso, não é simples pautar-se nas similaridades para desenvolver uma pesquisa.

Como dissemos, não há metodologia especificamente feminista, mas uma pluralidade de enfoques a partir dos quais se pode realizar pesquisa feminista. Pode-se utilizar métodos

diversos, como entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas, grupos-alvo, diários, jornais, fotografias, métodos experimentais, etnografia (Cf. CHANTLER; BURNS, 2015). Pode-se realizar pesquisa quantitativa; ainda que tenha havido um amplo debate acerca de ser um método de pesquisa masculinista e que menospreza experiências femininas, hoje se reconhece sua importância para pesquisa feminista, assim como a relevância das pesquisas qualitativas, que possibilitam um acesso a experiências e significados de vidas femininas.

Considera-se que tanto homens quanto mulheres podem realizar pesquisa a partir de uma abordagem feminista, ainda que seja controverso e amplamente discutido se homens podem ser pesquisadores feministas. O desenvolvimento de metodologias feministas é o que na prática possibilita a modificação das problemáticas que a Epistemologia Feminista levanta, acerca de uma produção do conhecimento androcêntrica.

Referências

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERMAN, R. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Orgs.). *Gênero/corpo/conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 241-275.

CHANTLER, K.; BURNS, D. Metodologias Feministas. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (orgs.). *Teorias e Métodos da Pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes, 2015.

DESCARTES, R. Meditações Metafísicas. In: *Os Pensadores XV*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril, 1973.

GIFFIN, K. M. Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.14, n.3, p. 635-653, set./dez., 2006.

HARAWAY, D. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. In: *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991, pp.149-181.

_____. *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. New York: Routledge, 1989.

_____. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.5, p. 07-41, jul./dez., 1995.

HARDING, S. *Feminism and Methodology*. Milton Keynes: Open University Press, 1987.

KELLER, E. F. Qual o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 27, p. 13-34, jul./dez., 2006.

LLOYD, G. *The Man of Reason*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

_____. Rationality and Politics os Gender Difference. *Metaphilosophy* 26, n.1 e 2, p. 22-45, 1995.

LLOYD, E. Objectivity and Double Standart of Feminist Epistemologists. *Synthese* 104, setembro de 1995, p. 351-381. (Sobre a associação entre objetividade e masculinidade).

LONGINO, H. Epistemologia Feminista. In: GRECO, J.; SOSA, E. *Compêndio de Epistemologia*. Tradutores Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012.

LUXTON, M.; FINDLAY, S. Is the Everyday World the Problematic? Reflections on Smith's Method of Making Sense of Women's Experience. *Studies in Political Economy*, n.30, autumn 1989.

MARCONDES, D. *Iniciação à História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (orgs.)- *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

RACHELS, J. *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa: Gradiva, 2004

ROONEY, P. Gendered Reason: Sex Metaphor and Conceptions of Reason. *Hypatia* 6, n. 2, p. 77-193, 1991.

_____. Rationality and Politics os Gender Difference. *Metaphilosophy* 26, n.1 e 2, p. 22-45, 1995.

SCHEMAN, Though This be Method, Yet There is Madness in It. In: ANTONY, L.; WITT, C. (ed). *A Mind of One's Own*, Boulder, CO, Westview Press, 1993.

SMITH, D. *The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology*. Toronto: University of Toronto Press, 1987.